

término.

## EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 2020.

	Autor Deputado Tiago Dimas		Partido Solidarie dade
1 Supress	iva 2Substitutiva	3 Modificativa	4x_ Aditiva
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
	Emenda N°		
nº 927, de 2	Inclua-se, onde couber, os s	eguintes dispositivos r	na Medida Provisória
	"Art. XX. O recolhimento da contribuição patronal relativa ao INSS, para as micro e pequenas empresas, ficará suspenso enquanto perdurar os efeitos do estado de calamidade pública a que se refere o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.		
	Parágrafo único. O pagamen deste artigo será feito em consecutivas, a partir do p vigência do estado de calami multa e demais encargos pre	doze parcelas de igu rimeiro mês subsequ dade pública, sem a in	ial valor, mensais e ente ao término da
	JUSTIF	ICAÇÃO	
causada ne	A presente emenda, com o f	_	-

A pandemia mundial instalada atingiu serviços e o consumo. O deslocamento de pessoas foi restringido, o que afetou diversas áreas do comércio.

tributos e contribuições federais durante o estado de calamidade pública a que se

refere o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e por até 90 dias após seu

Não raro observamos comércio e lojas fechadas por todo o país. O que terá efeitos, por certo, muito prejudiciais aos empresários.

Atualmente, enfrentamos uma situação sem precedentes. A emergência em saúde pública de importância internacional trouxe em seu bojo também uma crise econômica imensurável, haja vista a paralisação dos setores empresariais e de comércio por ocasião da política de quarentena e distanciamento social.

Assim, com a presente proposta de emenda, pretende-se preservar a saúde financeira das empresas nesse momento de crise ao suspender o recolhimento de tributos relacionados à sua folha de pagamento, em especial para as micro e pequenas empresas, enquanto perdurar o estado de calamidade.

Portanto, este Parlamentar solicita apoio dos pares para a aprovação da emenda em tela.

## **ASSINATURA**

Dep. Tiago Dimas Solidariedade/TO